

# OS PROJETOS DE ASSENTAMENTO DE TRABALHADORES RURAIS NO ESTADO DE SÃO PAULO

ENÉAS RENTE FERREIRA <sup>(1)</sup>  
JOAO CLEPS JUNIOR <sup>(2)</sup>  
SILVIO CARLOS BRAY <sup>(3)</sup>

## **RESUMO**

O presente trabalho procura analisar o processo recente de implantação dos projetos de assentamento de trabalhadores rurais no estado de São Paulo, dando especial atenção ao exemplo do projeto Cocais, município de Casa Branca. (SP).

Considerando o aspecto de organização da produção agrícola observa-se a coexistência do trabalho comunitário e familiar, onde tem se verificado que, o primeiro tem permitido um avanço sócio- econômico e político dos assentamentos envolvidos no projeto.

A experiência em assentamentos e reforma agrária em São Paulo, teve o seu início no Governo Carvalho Pinto (1959/1962) a través da Lei de revisão Agrária.

Esse tímido início de acesso a terra pelos trabalhadores rurais de então, foi extinto ao decorrer dos governos que se sucederam com a ditadura militar.

Somente a partir do processo de abertura democrática, conquistado com as eleições diretas para governador do Estado, aliado à mobilização do movimento dos trabalhadores rurais sem terra, o governo estadual passou a acatar ainda que gradualmente, as reivindicações pela ocupação da áreas rurais ociosas.

O ano de 1983, veio marcar o reinício de uma série de focos e tensões sociais no Estado de São Paulo, principalmente nas regiões do Vale do Ribeira e Pontal do Paranapanema, áreas com graves distorções fundiárias e onde a questão da posse da terra não estava judicialmente definidar.

Em fase das mobilizações populares na luta pela posse da terra, levou o governo de São Paulo em 1983, a criar a Condenatória, subsidia no Instituto de Assuntos Fundiários (IAF) e Instituto de Cooperativismo e Associativismo, realizando o inventário dos bens imóveis rurais do Estado.

A partir desse ano foram implantados sob a responsabilidade dos órgãos competentes os Projetos de Reforma Agrária e Assentamentos em São Paulo,

---

<sup>1</sup> Departamento de Geografia –UNESP / RIO CLARO / BRASIL

<sup>2</sup> Pós-Graduado –ICCE - UNESP / RIO CLARO / BRASIL

<sup>3</sup> Departamento Planejamento - UNESP / RIO CLARO / BRASIL

conforma em São Paulo, conforme figura 01.

Em 1985, o governo implantou as leis 4925 e 4957 sobre os assentamentos, tratando sobre os planos públicos de valorização e aproveitamento de recursos fundiários do Estado e sobre a alinação de terras públicas aos trabalhadores rurais que as ocupem e as explorem.

As ações do Governo do Estado de São Paulo têm sido diferenciadas secundo três grandes situações dominais em relação às quais tem intervido: es terras públicas estaduais; as terras de domínio ainda indefinido e as terras de particulares.

O caso do projeto Cocais intere-se no exemplo de assentamento de trabalhadores rurais em terras públicas estaduais que procura volver a participação dos beneficiários em todas as fases do programa. De acordo como os objetivos básicos do plano de Aproveitamento de Terras Públicas, o Processo de transferência de terras públicas próprias do Governo do Estado ou das que são entregues á sua responsabilidade pode ser feita em duas etapas: na primeira, com duração máxima de 5 anos, as terras são cedidas, mediante o pagamento de uma anuidade, preferencialmente a grupos de trabalhadores rurais que se organizam, voluntariamente, em algum tipo de associação (sociedade civil ou cooperativa) a fim de lhes darem aproveitamento adequado com seu próprio trabalho: na segunda, as terras serão transferidas aos beneficiários em caráter permanente, de acordo com a modalidade que estes, livremente determinarem -sendo necessários a aprovação legislativo no caso de alienação. Nesse tipo de projeto, os assentados (através das sociedades civis e cooperativas) celebrarão contrato de cessão de terras com o órgão de poder público encarregado de executar o processo de aproveitamento. Nesse contrato, estipular-se-ão, de comum acordo, e após discussão com os beneficiários, as condições básicas de exploração econômica do imóvel e a forma de organização de y trabalho no interior de cada grupo (parcelas individuais, exploração conjunta, etc.); bem como a operação financeira da sociedade (compras, contabilidade, remuneração do trabalho, etc.).

Estes são os mecanismos que ora regulam o Projeto de Assentamento Cocais no município de Casa Branca e nos demais.

Os projetos que se apresentam com a ação do Governo de São Paulo (figura 01), apenas os assentamentos de Araras e Casa Branca, contaram com um planejamento prévio.

E nestes contexto que o Projeto Cocais de Casa Branca se insere, como um bom exemplo de política de Assentamento de São Paulo.

## CARACTERIZAÇÃO GERAL

O assentamento de trabalhadores rurais dos Cocais, localiza-se no município de Casa Branca, próximo à sede municipal, numa antiga área do Hospital de Hansenianos da Secretaria de Saúde do estado de São Paulo. Com a desativação do referido hospital, essa área da fazenda Cocais foi incorporada

pela Secretaria da Agricultura e Abastecimento em 1985, com o objetivo de servir ao programa de Assentamento e Reforma Agrária do governo paulista em convenio com a Prefeitura Principal de Casa Branca.

A área total da fazenda Cocais era de 720 ha, hoje que 145 ha corresponde às instalações do antigo hospital -hoje Centro de Reabilitação Mental-, 120 ha foram destinados ao Projeto de Assentamento dos trabalhadores rurais.

A origem desse projeto difere da a maioria dos projetos de assentamentos implantados no Estado de São Paulo, pois, envolveu a participação da Prefeitura Municipal e Secretaria da Agricultura (figura 01), através do IAF (Instituto de Assuntos Fundiários).

Esses órgãos tiveram a iniciativa e o controle de todas as fases de organização e planejamento do assentamento, como : a infra-estrutura, a seleção e instalação das famílias na gleba.

O processo de seleção das famílias inseridas teve como responsáveis:

I.- um representante do instituto de Assuntos Fundiários, que era seu Presidente;

II.- um representante do Prefeitura Municipal;

III.- um representante do Prefeitura

IV.- um Engenheiro Agrônomo, designado pela Divisão Regional Agrícola da Coordenadoria de Assistência Técnica Integral da Secretaria de Agricultura e Abastecimento;

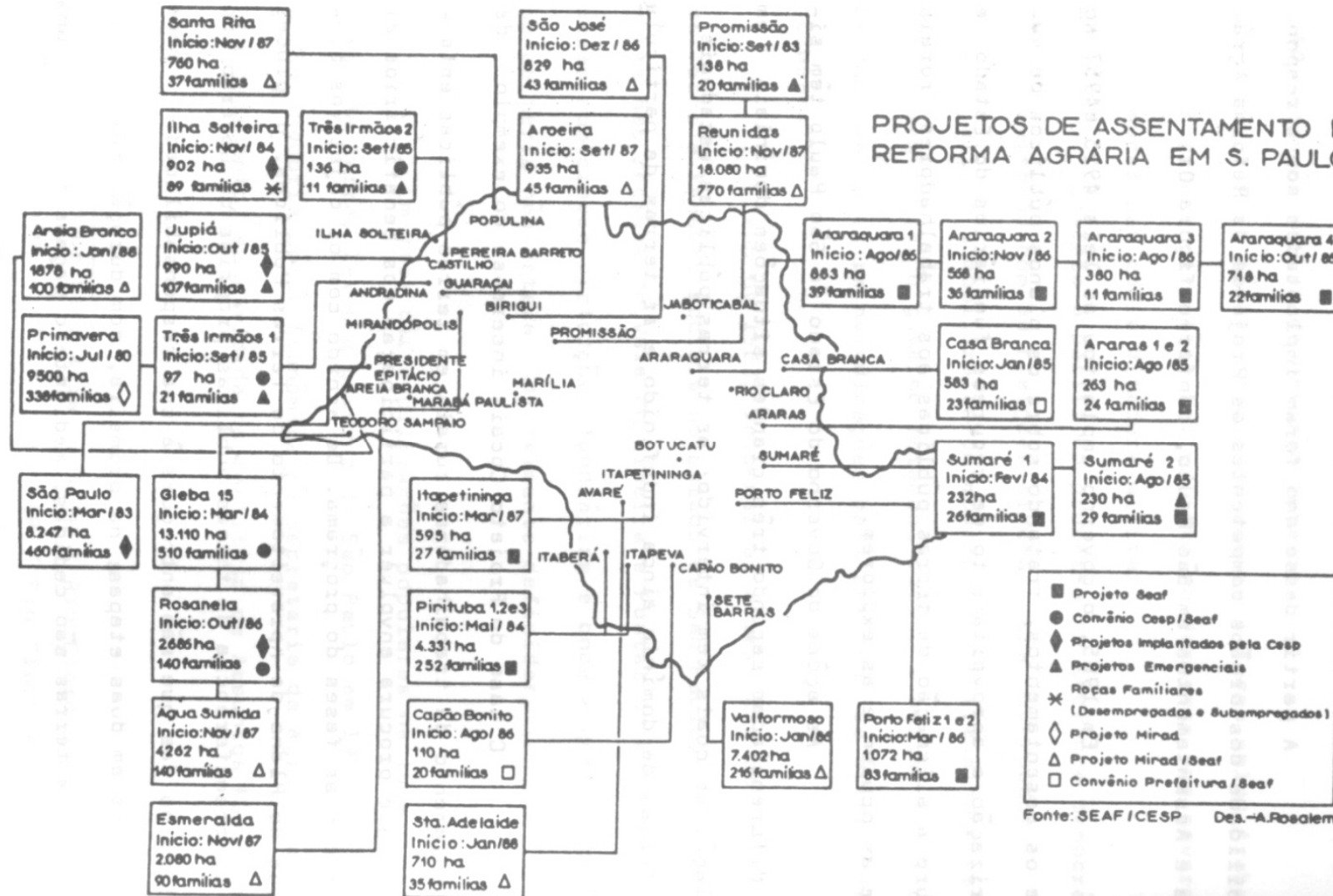
V.- um representante de categoria dois trabalhadores rurais indicado pela FETAESP (Federação Dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de São Paulo) ou Sindicato dos trabalhadores Rurais;

VI.- dois representantes da sociedade civil, escolhidos pelos anteriores.

A seleção baseou-se principalmente na experiência dos envolvidos no trabalho agrícola, na maior quantidade de filhos e residência e vivência na região. Inicialmente o assentamento passou a contar com a participação de 26 famílias e hoje com 23.

A maioria dos assentados é composta de antigos trabalhadores assalariados, tanto permanentes como temporários (de tratoristas a bóias-frias); além de antigos parceiros e pequenos produtores rurais.

## PROJETOS DE ASSENTAMENTO E REFORMA AGRÁRIA EM S. PAULO



## **INFRA-ESTRUTURA DO PROJETO**

A infra-estrutura foi implantada com o apoio de Companhia Agrícola Imobiliária (CAIC) do Estado, através da limpeza e destoca do terreno, demarcação e construção de curvas de nível e demais técnicas de conservação dos solos. Por outro lado, o trabalho de orientação técnica aos assentados coube ao Instituto de Assuntos Fundiários (IAF) que destinou um agrônomo responsável pela coordenação do projeto.

Das áreas total do projeto 14 ha foram destinados à agrovila, correspondendo a cada parceleiro 1 (um) lote de 50 X 1000 m para a construção de residências, onde posteriormente foi dotado de água elétrica.

Sendo a área da fazenda Cocais coberta por vegetação de cerrado e reflorescimento de eucaliptos, a extração desta última foi aproveitada para o madoiramento de cobertura das mordias e demais construções previstas na agrovila.

## **ORGANIZAÇÃO DA PRODUÇÃO**

Os trabalhadores trouxeram experiências diversificadas para o assentamento.

No primeiro ano agrícola (safra 85/86 =, adoto-se o sistema coletivo de exploração das terras. Entretanto, o despreparo dos assentados quanto a produção coletiva, aliado a idéia de exploração familiar, acabou prevalecendo a segunda.

Então, adotou-se no segundo ano agrícola a forma de exploração familiar da terra. O assentado passou a partir da safra 86/87, a ter além de um lote na agrovila, o direito de vila de 5 000 m<sup>2</sup> possui um caráter completar de subsistência das famílias, como: criação de animais e aves, hortas e pomares.

A partir da safra 86/87 a exploração dos lotes foi realizada com tarefas coletivas e familiares. As tarefas coletivas passaram a ser: preparo do solo, plantio, colheita, armazenamento e comercialização. As tarefas familiares consistiram na escolha dos tipos de culturas, nos tratamentos culturais e financiamento.

Na primeira safra 85/86, de produção coletiva, a cultura predominante foi a do arroz, com uma área planteada de 312 ha.

Na segunda safra 86/87, de produção familiar tivemos 192 de arroz, 92 ha de milho e 48 ha de feijão.

Na terceira safra 87/88, as principais culturas foram: 96 ha de feijão, 96 ha de soja, 72 de arroz e 72 ha de milho.

No primeiro ano Agrícola do assentamento (85/86) em virtude da organização coletiva, foi possível que os assentados obtivessem junto à Caixa Econômica

do Estado de São Paulo, os financiamentos necessários para a aquisição de 1 (um) trator e simplesmente/insumos agrícolas.

A partir de 1986 com o parcelamento da gleba e a urgência de novos financiamentos houve a necessidade da criação de uma associação entre os assentados, da elaboração de um Estatuto e Regimento Interno.

### **OS AVANÇOS OBTIDOS PELOS ASSENTAMENTOS DE CASA BRANCA**

Considerando a forma de organização da produção, coexiste a exploração do trabalho comunitário e do trabalho familiar.

Quanto a forma de exploração dos envolvidos a través da criação da Associação dos Assentados a través da criação da Associação dos Assentados. Essa associação teve um papel importante para a aquisição de maquinários agrícolas, insumos, construção da escola –até o 4º ano do primeiro grau-, construção do depósito para armazenagem da produção do barracão para máquinas e implementos, eletrificação e água para as residências da agrovila e até um telefone para o uso das famílias dos assentamentos.

Na safra 87/88, após quatro anos no assentamento, todas as 23 famílias construíram suas residências de alvenaria. Também, por meio de um balanço da evolução da tecnologia utilizada, apresenta um resultado econômico bastante satisfatório dos trabalhadores assentados. Atualmente possuem 3 tratores, uma carreta para transporte, 23 carroças, além de um conjunto de equipamentos para arados, grades, etc. Encontramos duas famílias que já implantaram o sistema de irrigação abrangendo uma área de 24 ha.

A través do planejamento prévio do projeto, a sua, forma de organização associativista, o número de famílias envolvidas, a assistência intensiva de 1 (um) agrônomo e um técnico do IAF (desde a implantação do assentamento), vem garantindo uma receita para os investimentos e capitalização, gerando melhores condições de vida para as famílias do Projeto Cocais.

### **REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

Análise e Avaliação dos Projetos de Reforma Agrária e Assentamento no Estado de São Paulo. São Paulo-UNESP- 1987. (Projeto inicial).

CLEPS Jr. J; KAHIL, S. C; BRAY, S. C. A experiência do primeiro anos assentamento rural dos Cocais – Município de Casa Branca (SP). 7º Encontro Nacional de Geografia Agrária. II Anais- Belo Horizonte- UFMG- 1986 33-37.

Ferrante, V. L. B. & SILVA, M. A. M. –A Política de assentamento: O jogo das forças sociais no campo. V Conferencia Científica de Ciências Sociais, Cuba, fevereiro de 1987.

LEITE, S. P. A. A política de assentamentos no Estado de São Paulo: 1983-1987. PIPSA. Campinas. 1987.

PEREIRA, L. B. Os projetos de assentamento em São Paulo (um diagnóstico preliminar). Reforma Agraria. Campinas- ABRA, 16 (2): 43/81- 1916.